



BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Mobilização doméstica de recursos

O Boletim Bibliográfico n° 42 resume obras que discutem os problemas e desafios da mobilização doméstica de recursos públicos, um dos temas primordiais na investigação do IESE. As opções de mobilização doméstica de recursos interagem com as opções económicas que são potenciadas e com a distribuição da riqueza que é gerada. Em Moçambique, a importância da mobilização doméstica de recursos é reforçada pelos desafios impostos pelos elevados níveis de pobreza e de desigualdade, a fraca resposta destes níveis em relação ao crescimento económico, a elevada dependência do país em relação a recursos externos públicos e privados, a grande ociosidade fiscal, e as perspectivas de rápido crescimento do potencial fiscal a médio e longo prazo proveniente do sector de exploração de recursos naturais.

Publicações do IESE sobre o tema

Castel-Branco, Carlos (2010), Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Cadernos IESE n°1.

Este primeiro Cadernos do IESE desenvolve o conceito de economia extractiva como um quadro analítico que permite explicar o funcionamento da economia nacional, desmistificando aparentes paradoxos (como seja o rápido crescimento económico com fraca resposta na redução dos elevados níveis de pobreza e de dependência pública e privada de recursos externos). O Cadernos identifica como um dos problemas a fraca capacidade do país de reter a riqueza que gera e como desafio aponta a necessidade de maior socialização das rendas como fundamental para o desenvolvimento de um processo de diversificação.

Castel-Branco, Carlos (2010), Pobreza, riqueza e dependência em Moçambique. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Cadernos IESE n°3.

Este terceiro número da série Cadernos IESE discute criticamente as diferentes abordagens sobre causas e soluções da pobreza em Moçambique. O artigo defende que as causas e soluções só poderão ser devidamente compreendidas dentro de um quadro analítico que relaciona acumulação, distribuição e reprodução. Relativamente a socialização da renda, a reflexão aponta que os elevados níveis de pobreza não só reduzem a base fiscal mas também, por facilitarem a mobilização de ajuda externa, cria o espaço para o Estado relaxar o esforço fiscal das grandes empresas que têm sido privilegiadas na absorção dos ganhos da riqueza gerada. Este processo constrange a expansão das receitas

fiscais sustentada por uma base fiscal mais ampla e diversificada.

Castel-Branco, Carlos (2011), Desafios da mobilização de recursos domésticos: revisão crítica do debate. In: Luis de Brito et. al. (orgs.), Desafios para Moçambique 2011. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

Este artigo, que introduz a secção económica do livro desafios para Moçambique 2011 focada neste tema, faz uma revisão dos aspectos que tornam a mobilização doméstica de recursos e o seu debate particularmente relevante em Moçambique. Usando uma abordagem de economia política, o artigo discute ainda as razões porque, apesar do intenso debate e da clareza de vários argumentos apresentados, as políticas públicas resistem ao debate e a mudança. Isto acontece porque, conclui o artigo, o debate sobre as opções de financiamento do estado é, de facto, sobre a economia política dos padrões de apropriação de rendas, acumulação e reprodução social ou seja sobre quem beneficia e quem paga o processo de acumulação social.

Massarongo, Fernanda & Muianga, Carlos (2011), Financiamento do Estado com recurso à dívida: problemas e desafios. In: Luis de Brito et. al. (orgs.), Desafios para Moçambique 2011. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

Num contexto de baixa arrecadação fiscal e perspectivas de estagnação ou redução dos fluxos de ajuda externa ao país aumenta a pressão para o financiamento do Estado com recurso à dívida. Os autores fazem uma discussão dos problemas e desafios com as várias opções de financiamento que impliquem

económicas. O artigo chama atenção para os perigos dos custos elevados do serviço de dívida e como estes podem alterar a estrutura das despesas do Estado a favor de actividades em maior retorno financeiro com eventual impacto negativo sobre a aplicação produtiva de recursos públicos e privados e sobre actividades com maior retorno social.

Ossemane, Rogério (2010), Quadro de análise da sustentabilidade da dívida dos países de baixo rendimento: o caso de Moçambique. In: Luis de Brito et. al. (orgs.), *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

Este artigo mostra como a capacidade de mobilização doméstica de recursos públicos é determinante nas condições de sustentabilidade da dívida pública externa apesar de este aspecto não ser devidamente considerado no modelo aplicado em Moçambique. O artigo sugere que o comportamento dos indicadores usados pelo modelo como sejam o peso da dívida em relação as exportações, ao PIB e as receitas públicas devem ser avaliados paralelamente a evolução das necessidades do país de financiar o consumo e investimento necessários para sustentar o seu crescimento e à sua capacidade de reter a riqueza que gera (e estes não são rácios estáticos no tempo e iguais entre países com mesmo nível de qualidades de políticas e instituições medido pelo índice CPIA).

Ossemane, Rogério (2011), Desafios de expansão das receitas fiscais em Moçambique. In: Luis de Brito et. al. (orgs.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

Ao discutir o espaço para expansão das receitas fiscais a curto prazo, o artigo foca a análise na estrutura fiscal e no custo dos benefícios fiscais por categoria de imposto no período 2002-2008 constatando que estes colocam um relativamente maior esforço fiscal sobre os trabalhadores em relação ao capital, e sobre as pequenas e médias empresas em relação aos megaprojectos. Apesar do código de benefícios fiscais de 2002 ter sido revisto em 2009, a estrutura dos incentivos continua excessivamente complexa e a direcção da revisão é ambígua. O artigo conclui que a forma mais eficaz e eficiente de expandir as receitas fiscais no curto prazo é por via da tributação dos ganhos de capital, sobretudo dos grandes projectos, através da redução dos incentivos fiscais excessivos e redundantes nas decisões de investimento.

Ossemane, Rogério (2012), Será a ITIEM relevante para melhorar a gestão dos recursos minerais? Uma análise crítica da experiencia. In: Luis de Brito et. al. (orgs.), *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

A Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva tem sido apresentada como um instrumento para reduzir o desvio de pagamentos deste sector aos cofres do Estado. Este artigo mostra que os desvios de riqueza gerada pelo sector extractivo que poderiam reverter em receita pública são feitos em fases anteriores a fase monitorada pela ITIE. Deste modo, a ITIE em Moçambique tem estado a monitorar pagamentos irrisórios relativamente ao que o sector deveria estar a gerar de receita pública. O artigo sugere que para a ITIE ganhar maior relevância deve evoluir para promover a transparência em relação ao regime fiscal (e outros acordos que envolvam pagamentos ao Estado) e em relação a informação e processos usados para definição dos montantes sujeitos a impostos.

Publicações sobre o tema disponíveis no IESE

Andelson, Robert V. & Samuels, Warren J. (eds.) (2000), *Land-Value: Taxation Around the World*, 3th ed. Malden, Blackwell Publishers.

A tributação do valor da terra tem sido historicamente usada pelo mundo como um meio privilegiado de mobilizar receitas públicas e incentivar o uso produtivo da terra. A tributação do valor da terra é percebida em muitos casos como uma fonte relativamente mais estável e previsível de receita pública e que gera efeitos negativos mínimos sobre decisões de investimento e sobre o custo dos bens produzidos. Este livro faz uma resenha de sistemas de tributação do valor da terra pelo mundo e numa perspectiva histórica analisando a natureza dos impostos cobrados e os contextos económicos, políticos e institucionais em que são aplicados e avaliando os méritos e deméritos dos diferentes sistemas dos pontos de vista financeiro e de equidade.

Arndt, Channing & Tarp, Finn (2009), *Taxation in a Low Income Economy: The Case of Mozambique*. New York, Routledge

Este livro mostra que as reformas fiscais em Moçambique têm gerado uma fraca resposta ao objectivo de aumentar a mobilização doméstica de recursos públicos como proporção da sua economia. Ao mesmo tempo que mostra alguns méritos destas reformas, o livro chama atenção para a necessidade de maior adaptação das reformas à estrutura económica e capacidade administrativa. Como sugestões são apresentadas, entre outros, a simplificação do sistema tributário, a eliminação do favorecimento tributário das grandes empresas em relação as médias (incluindo a eliminação dos benefícios concedidos as grandes corporações multinacionais que não afectam as decisões de investimento), a introdução de impostos sobre o consumo de energia pelos megaprojectos e reformas em alguns impostos sobre bens de consumo para garantir maior progressividade do sistema.

Brautigam, Deborah et al., (eds.) (2008), *Taxation and State-Building in Developing Countries: Capacity and Consent*. Cambridge, Cambridge University Press.

Este livro discute o papel da mobilização de recursos por via da tributação na construção do Estado. O livro mostra que a importância política da tributação vai para além da mobilização de recursos públicos para aumentar a capacidade financeira do Estado de providenciar segurança, bens e serviços básicos e implementar políticas de desenvolvimento que aumentam a sua legitimidade popular. O processo de negociação da estrutura fiscal pode impulsionar a democracia representativa e a necessidade de desenvolvimento institucional para responder ao objectivo de aumento das receitas aumenta as capacidades do Estado. Ambos processos contribuem para aumento da legitimidade do Estado e da responsabilização mútua do Estado e dos cidadãos

Cleeve, Emmanuel (2006), *How Effective are Fiscal Incentives to Attract FDI to Sub-Saharan Africa?* Manchester, Manchester Metropolitan University. *Discussion papers in economics*. Disponível: <http://www.e-space.mmu.ac.uk/e-space/bitstream/2173/14668/1/2006-03.pdf>, Acessado 23 de Maio de 2013.

Incentivos fiscais, o instrumento mais popularmente usado para atrair IDE em África, tem falhado em responder ao objectivo de aumento o fluxo de investimento estrangeiro no continente. O que é necessário é estabilidade política e macroeconómica, protecção dos direitos de propriedade e outros regulamentos que suportem o investimento e melhorias nos sistemas de infra-estruturas e serviços de apoio.

Daniel, Philip, et al., (2010), *The Taxation of Petroleum and Minerals: Principles, Problems and Practice*. London, Routledge.

Os recursos naturais oferecem uma oportunidade notável de gerar um crescimento acelerado das receitas públicas. No entanto, algumas características que tendem a ser mais acentuadas no sector extractivo (volatilidade dos preços, surgimento de ganhos largamente acima do esperado, custos fixos avultados, incerteza tecnológica e económica, recurso não renovável) apresentam desafios específicos para o desenho de um sistema de tributação que gera ganhos para o governo ao mesmo tempo que não afecta negativamente as decisões de investimento. Este livro discute em detalhe aspectos centrais no desenho e implementação de sistemas de tributação da actividade extractiva (definido no sentido mais amplo para incluir, para além de impostos, partilha de produção, *royalties*, participações publicas, entre outros).

Easterly, William & Schmidt-Hebbel, Klaus (1993), *Fiscal Deficits and Macroeconomic Performance in Developing*

Countries. *World Bank Research Observer*, 1993, vol. 8 (2), pp. 211-37.

Este artigo faz um argumento contra as opções de financiamento do défice público por via de emissão monetária e do endividamento público em países em desenvolvimento. Defende que o financiamento do défice público por via da emissão monetária causa inflação e por via de endividamento público sobe as taxas de juro. Os efeitos negativos destas medidas sobre o crescimento dificilmente produzem ganhos fiscais. Conclui que défices fiscais devem ser geridos por via do controle das despesas uma vez que desta forma é protegida a capacidade doméstica de mobilizar financiamento via mercado internacional de capitais.

FIAS/The World Bank Group (2009), *Taxation as State-Building: Reforming Tax Systems for Political Stability and Sustainable Economic Growth A Practitioner's Guide*. FIAS/The World Bank Group in collaboration with DFID.

Este manual faz análises e apresenta uma série de recomendações sobre os aspectos centrais a considerar no desenho e implementação de políticas fiscais tendo em conta o seu papel na construção do estado num contexto de elevados fluxos de ajuda externa, altos níveis de informalidade da economia e como instrumento para redução da pobreza e desigualdades.

Fjeldstad, Odd-Helge et al., (2012), *Peoples' Views of Taxation in Africa: A Review of Research on Determinants of Tax Compliance*. Chr. Michelsen Institute. *Working Paper 2012:7*. Disponível: <http://www.cmi.no/publications/file/4577-peoples-views-of-taxation-in-africa.pdf>, Acessado 23 de Maio de 2013.

A possibilidade de implementação das reformas fiscais depende da percepção dos cidadãos em relação ao papel da tributação nas suas vidas. Este estudo avalia o desenho e evidências encontradas por alguns estudos sobre cumprimento fiscal realizados no continente africano discutindo os seus fundamentos teóricos e metodológicos. O estudo conclui que a grande fraqueza destes estudos reside na procura de um modelo que possa prever o comportamento fiscal da população como um todo. Se, pelo contrário, os estudos focassem na análise da percepção dos cidadãos em relação a tributação, estes poderiam fornecer a informação necessária em relação aos pontos fracos das reformas e como lidar com categorias de contribuintes chave no aumento das receitas fiscais.

Gordon, Roger H. (ed.) (2010), *Taxation in Development Countries: Six Case Studies and Policy Implications*. New York, Columbia University Press.

Grande informalidade da economia e dos níveis de evasão fiscal, taxas altas de impostos e no entanto baixa arrecadação fiscal são

características comuns em grande parte de países não desenvolvidos. Esta obra explora experiências de como seis países em vias de desenvolvimento lidam com estes constrangimentos através de reformas tributárias legais e administrativas.

Grown, Caren & Valodia, Imraan (2010), *Taxation and Gender Equity*. London, Routledge.

Usando como estudos de caso nove países, oito dos quais não desenvolvidos, este livro mostra que preocupações com equidade de género não são tomadas em consideração nas políticas e reformas tributárias. Como resultado, as oportunidades de usar as reformas tributárias para promover maior equidade são perdidas e os sistemas de tributação contribuem para reforçar as desigualdades baseadas no género.

Haldenwang, Christian von (2011), *Taxation of Non-Renewable Natural Resources - What are the Key Issues?* German Development Institute. *Briefing Paper 5/2011*. Disponível: [http://www.die-gdi.de/CMS-Homepage/openwebcms3.nsf/%28ynDK_contentByKey%29/ANES-8HNJX6/\\$FILE/BP%205.2011.pdf](http://www.die-gdi.de/CMS-Homepage/openwebcms3.nsf/%28ynDK_contentByKey%29/ANES-8HNJX6/$FILE/BP%205.2011.pdf), Acessado 23 de Maio de 2013.

Estas breves notas de quatro páginas levantam de maneira simples algumas questões fundamentais sobre como tributar os recursos naturais, os desafios político-económicos do desenho e implementação do regime fiscal e o papel da cooperação internacional na gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento.

Justiça Ambiental (2012), *Whose Development is it? Investigating the Mozal Aluminium Smelter in Mozambique*. Maputo, Justiça Ambiental, Jubilee Debt Campaign UK & Tax Justice Network.

Este estudo faz uma análise de como são distribuídos os ganhos da actividade da empresa Mozal. Por cada 1USD que a empresa paga ao governo de Moçambique 21USD abandonam o país em forma de lucros ou juros que são pagos a governos e investidores estrangeiros. Para garantir maiores ganhos para o país o estudo sugere que o contrato com a Mozal seja renegociado e que o governo do Reino Unido e o Banco Mundial devolvam ao povo moçambicano os lucros excessivos que fizeram com a empresa.

Macamo, J. (2000). *Barreiras Administrativas ao Investimento em Moçambique: Lições aprendidas da Experiência de Investidores Recentes*. Maputo, Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Estudos. *Discussion Paper* nº 17.

Uma das constatações desta pesquisa que envolveu 33 investidores foi que a maior parte considera que poderia ter efectuado o seu investimento mesmo na ausência dos incentivos

fiscais e aduaneiros aos quais teve acesso através do CPI. Esta constatação pode constituir um indício de desperdício de recursos pelo Estado ao conceder incentivos a projectos viáveis, e da necessidade de se rever o papel do CPI.

McGillivray, Mark & Morrissey, Oliver (2001), *A Review of Evidence on the Fiscal Effects of Aid*. Nottingham, Centre for Research in Economic Development and International Trade, University of Nottingham. *CREDIT Research Paper* nº 01/13. Disponível: <http://www.nottingham.ac.uk/credit/documents/papers/01-13.pdf>, Acessado 23 de Maio de 2013.

Este artigo discute como a ajuda externa afecta a política fiscal, mais precisamente o comportamento fiscal. Procurando responder como a ajuda se relaciona com uso produtivo de recursos, com o esforço de arrecadação fiscal e com o endividamento público este estudo discute criticamente os modelos usados e resume as constatações de diferentes estudos sobre estas questões. O estudo argumenta que as metodologias baseadas nas respostas fiscais são mais robustas do que as baseadas na análise da fungibilidade da ajuda. Entretanto, as respostas encontradas são mistas dependendo dos contextos.

Literatura cinzenta sobre o tema disponível no IESE

Bergsman, Joel (1999). *Advice on Taxation and Tax Incentives for Foreign Direct Investment*. Paper presented at the FIAS Seminars on FDI Issues: Knowledge Gains. Washington, D.C. May 27.

Estas notas advogam que perante um regime fiscal que não penalize excessivamente o investimento incentivos fiscais não são necessários para atrair investimentos sobretudo os investimentos para extracção de recursos naturais e investimentos virados para o mercado doméstico. Excepção é feita para investimentos *footloose* em sectores exportadores interessados em mão de obra custo-efectiva.

Boas & Associates (2008), *Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva. Primeiro Relatório de Reconciliação*. ITIE Moçambique. Disponível: <http://www.itie.org.mz/relatorio.pdf>, Acessado 23 de Maio de 2013.

Ernst & Young (2009), *Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva. Segundo Relatório de Reconciliação – ano de 2009*. ITIE Moçambique. Disponível: http://publishwhatyoupay.org/sites/publishwhatyoupay.org/files/Relat%C3%B3rio_Reconcilia%C3%A7ao_vf_040411doc.pdf, Acessado 23 de Maio de 2013.

Ernst & Young (2010), *Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva. Terceiro Relatório de Reconciliação – ano de 2010*. ITIE Moçambique. Disponível: http://www.itie.org.mz/ITIE_III%20Relatorio%20Reconciliacao_281212_versao%20final.pdf, Acessado 23 de Maio de 2013.

Estes três relatórios referentes aos anos de 2008, 2009 e 2010 apresentam informação sobre os pagamentos declarados pelas empresas do sector extractivo em Moçambique e recebimentos reportados pelo governo. Os três relatórios permitem constatar que o sector extractivo gera um fraco contributo para as receitas do Estado. Deste contributo, cerca de metade provém de empresas fornecedoras de bens e serviços as empresas extractivas e cerca de um quarto provém dos impostos pagos pelos trabalhadores.

Bolnick, B. (2004), The Effectiveness and Economic Impact of Tax Incentives in the SADC Region. Preparado pela Nathan Associates para a USAID ao abrigo do Projecto SADC-TIFI.

Será que os ganhos esperados da concessão de benefícios fiscais em termos de atracção do investimento e dinamização da actividade económica superam as perdas de receita fiscal e redução da produtividade média do investimento que eventualmente ocorrem? Este estudo discute as condições e o processo de formulação de políticas para que os incentivos fiscais possam responder racionalmente aos objectivos pretendidos em contextos particulares. Da análise dos pacotes de incentivos fiscais na SADC o estudo chama atenção ao facto de elementos não fiscais do ambiente de negócios serem largamente mais relevantes nas decisões de investimento. O estudo recomenda entre outros, a coordenação regional dos incentivos a conceder sem eliminar o carácter específico que deve ser dado aos regimes fiscais nos diferentes países.

Bolnick, B. (2009), The Motivation for Investments in Mozambique: The Role of Fiscal Incentives. Preparado pela Nathan Associates, Inc. para o Projecto de Comércio e Investimento da USAID/Moçambique.

Quais os argumentos a favor e contra incentivos fiscais? Qual o sistema de incentivos em vigor em Moçambique e como estes afectam as decisões de investimento? Com base numa pesquisa envolvendo 60 empresas que beneficiaram de incentivos fiscais em Moçambique entre 2005 e 2007, Bolnick aponta que quando solicitadas a listarem os três factores mais preponderantes na decisão de investimento apenas uma das 60 empresas mencionou incentivos fiscais. Adicionalmente, o estudo encontra que a estrutura de incentivos favorece investimentos capital-intensivo com pouco impacto no aumento do emprego.

Bolnick, B. & Byiers, B. (2009), PARPA II Review of the Tax System in Mozambique. Preparado pela Nathan Associates para a USAID. (Volume 1, Versão traduzida em português está disponível: http://www.tipmoz.com/library/resources/documents/parpa_ii_review_tax_system_in_mozambique_volume_i_port_version.pdf, Acessado 23 de Maio de 2003).

Este estudo descreve a evolução da legislação fiscal, compara o código de benefícios fiscais de 2002 e 2009, compara os benefícios em Moçambique com de outros países africanos. Além disso, o estudo faz uma análise do impacto de indicadores fiscais na análise do ambiente de negócios em Moçambique e no índice de competitividade global comparando com outros países africanos. O estudo traz também uma discussão teórica dos prós e contras a concessão de benefícios fiscais e estima os principais determinantes do rácio receitas fiscais/PIB em Moçambique. O estudo considera que o rácio comércio externo/PIB é o factor que mais contribui positivamente para o aumento das receitas fiscais como proporção do PIB, ou seja, revela a maior importância dos direitos aduaneiros, impostos sobre consumo específico e IVA nas importações no aumento do esforço fiscal nacional.

Castel-Branco, Carlos (2008). Os mega projectos em Moçambique. Que contributo para economia nacional? Fórum da Sociedade Civil para Indústria Extractiva.

Esta apresentação discute os vários mecanismos pelos quais os megaprojectos podem contribuir para economia nacional nomeadamente, por via de ligações produtivas, tecnológicas, emprego, poupança e investimento do resto da economia e ligações fiscais. A apresentação destaca que as ligações fiscais com os megaprojectos permitiriam duplicar a receita fiscal do Estado, são relativamente mais fáceis de estabelecer e permitem criar as bases para gerar outras dinâmicas económicas alternativas aos megaprojectos.

Castel-Branco C. N. 2008. O que é que a ITIE faz bem e o que é que não faz? Uma proposta de agenda de trabalho sobre os recursos naturais em Moçambique

Estas notas começam por apresentar dados que revelam o fraco contributo fiscal do sector extractivo e relaciona este aspecto com a protecção aos lucros do capital e com a fraca capacidade do estado de avaliar de forma fiável a informação para efeitos tributários. O autor apresenta propostas para que a ITIE possa melhor contribuir para maximizar os ganhos de receita pública para o país nomeadamente, a tributação dos ganhos de capital, a melhoria dos sistemas públicos de avaliação da informação para efeitos fiscais, a renegociação e transparência dos contratos e, numa perspectiva mais abrangente, a construção de um quadro macroeconómico e social para exploração dos recursos naturais.

Castel-Branco, Carlos & Goldin, Nicole (2003). Impacts of the Mozal aluminium smelter on the Mozambican economy. Relatório apresentado a Mozal.

Este estudo faz uma análise dos impactos directos (macroeconómicos) e indirectos da presença e actividades empresa Mozal em Moçambique. Evidenciado um misto de impactos positivos e negativos, o estudo argumenta que a Mozal pode melhorar o seu impacto directo em termos de retenção de riqueza na economia nacional através do aumento de compras de

bens e serviços produzidos no país, substituição de trabalhadores estrangeiros por locais, pagamentos mais altos de impostos sobre vendas, lucros e dividendos.

Castro P., et. al. (2009), Evaluation of Reforms in Tax Policy and Administration in Mozambique and Related TA—1994–2007.

IMF/IFAD. Disponível: <http://www.imf.org/external/np/pp/eng/2009/090109b.pdf>. Acessado 23 de Maio de 2013.

Este relatório descreve as reformas fiscais adoptadas no país no período 1994-2007 e faz uma análise do seu impacto na expansão das receitas fiscais e outros indicadores de desempenho das autoridades fiscais. O relatório encontra um impacto positivo das reformas na medida em que as receitas fiscais, como proporção do PIB, crescem lentamente mas de forma consistente. O relatório destaca como desafio a redução da evasão e do incumprimento de obrigações fiscais.

John, Jonathan Di (2009). The Political Economy of Taxation and Resource Mobilization in Sub-Saharan Africa. Presentation for African Economic Outlook 2010, Expert Meeting Resource Mobilisation and Aid in Africa, 14 December, 2009. Disponível: <http://www.oecd.org/site/devaeo10/44272866.pdf>, Acessado 23 de Maio de 2013.

A tributação é um aspecto fundamental da implementação do contrato social entre o estado e os cidadãos. Apesar dos aspectos técnicos das reformas serem importantes elas não são sustentáveis sem uma análise político-económica da sua legitimidade. Uma vez que a tributação afecta os incentivos e a distribuição de rendimentos a sua implementação exige consenso ou capacidade coerciva por parte do estado.

Lauren, Damme et al., Taxation Policy in Developing Countries What is the IMF's Involvement? For: The Bretton Woods Project. DV406 Consultancy Project. Disponível : <http://visar.csustan.edu/aaba/LaurenDamme2008.pdf>, Acessado 23 de Maio de 2013.

Este artigo faz uma análise crítica da abordagem e recomendações do FMI em relação as reformas fiscais em países em desenvolvimento, onde Moçambique é um dos países em análise. Segundo o artigo, enquanto os países estão mais preocupados com a equidade do sistema fiscal o FMI foca na sua eficiência. Por exemplo, em 80% dos casos analisados o FMI recomendou a redução de isenções no IVA mas somente em 25% dos casos procedeu a uma análise dos impactos redistributivos dessas recomendações. Em Moçambique, onde as medidas resultaram na subida do preço de bens essenciais para os mais pobres, essa

análise não foi feita. Outro exemplo típico é a recomendação padrão para crescente liberalização do comércio externo que tem gerado impactos negativos nas receitas públicas. O artigo conclui que apesar de numa perspectiva de eficiência as recomendações serem sólidas em geral elas não são ajustadas as capacidades de implementação e expectativas dos países em desenvolvimento.

Sonne-Schmidt, Christoffer (2007), Fiscal Policy and Tax Incidence - The Short End of the Stick: Tax Incidence Analysis of Household Expenditure in Mozambique. Maputo, Ministry of Planning and Development, Republic of Mozambique.

Este artigo faz uma análise de quem paga impostos em Moçambique com o objectivo de identificar a progressividade das taxas e de construir intervalos de confiança referentes a carga fiscal para os diferentes agregados familiares. Os resultados mostram, entre outros aspectos, que um aumento de impostos sobre combustíveis para viaturas, gás vinho e cerveja e uma redução nos impostos sobre querosene, açúcar e tabaco beneficiam significativamente aos pobres.

Van Dunem, Joao E. (2007), Fiscal Policy and Tax Incidence - Confronting the Elasticity of Customs Evasion in Mozambique: An empirical Study. Maputo, Ministry of Planning and Development, Republic of Mozambique.

Este estudo analisa a relação causal entre impostos na fronteira e evasão fiscal. Aplicando a análise para o comercio entre Moçambique e a África do sul os resultados indicam que taxas elevadas estão associadas com níveis altos de valores de importações não declarados e que as taxas de impostos tem um efeito forte e positivo sobre os níveis de evasão fiscal. o autor estima que ao nível médio de taxas de impostos na fronteira, por cada 3 unidades de importações que entram no território nacional pouco mais de uma unidade é contrabandeada.

Varsano, R., et. al. (2007), Post-Reform Evaluation of the Tax System. IMF, Fiscal Affairs Department. Disponível: <http://www.tourisminvest.org/Mozambique/downloads/Investment%20climate%20background/tax/Post%20Reform%20Evaluation%20of%20the%20Tax%20System.pdf>, Acessado 23 de Maio de 2013.

Este estudo faz uma análise das reformas fiscais em Moçambique e apresenta recomendações de medidas que podem ser tomadas por imposto para expandir as receitas fiscais e reduzir custos administrativos. O estudo recomenda, entre outros, a manutenção das taxas de IVA, IRPS e IRPC, o aumento do imposto de consumo específico sobre tabaco e bebidas alcoólicas, e uma série de medidas visando a racionalização com redução dos benefícios fiscais.